



Cyprus

Cyprus (*Kipros*), que os Turcos chamam Kibris, e que nós chamamos Chypre, é uma das maiores e mais férteis ilhas do Mediterraneo, e está situada no golpho formado pelas costas da Anatolia e da Syria.

Foi primeiramente colonizada pelos Phenycios; estabeleceram-se depois colonias gregas nas costas; cahiu mais tarde no poder dos Persas, aos quaes a tomou depois Alexandre o Grande. Por morte deste conquistador passou aos Ptolomeus, reis do Egypto, aos quaes a tomaram os Romanos. Pela queda do imperio romano foi por algum tempo occupada pelos Arabes, que posteriormente os imperadores gregos expulsaram. No tempo das Crusadas, Ricardo «Coração de Leão», a tomou (1191) ao imperador Isaac Commena, e a cedeu a Guido de Lusignan, para o indemnisar da perda do throno de Jerusalem. Depois da morte do ultimo rei da stirpe de Lusignan, devia pertencer ao rei da Sardenha, em rasão do casamento de um principe desta casa com uma herdeira dos Lusignan; mas esta princeza cedeu em 1480 a soberania aos Venezianos, — os quaes conservaram a ilha até 1571, em que de todo a tomaram os Turcos, ainda hoje seus possuidores.

Vêde as vicissitudes por que passou até hoje uma tal possessão!

— No periodo grego, e ainda no romano, foram celebres, como é de todos sabido, o monte Olympo, o templo de Venus, Paphos, etc.

No periodo romano é particularmente notavel a incorporação de Chypre no imperio, como uma provincia deste, depois que de todo se apoderou da ilha Marco Cailão levando para Roma um rico thesouro e consideraveis despojos.

No final do periodo dos Lusignans devemos particularisar um incidente, em que figura um principe portuguez. — D. João filho do immortal Infante D. Pedro (duque de Coimbra e Regente do reino na menoridade de D. Affonso V.) veio a casar com Carlota, herdeira presumptiva do reino de Chypre, por ser filha do rei da mesma Ilha Jono 3.º Passando este ultimo a segundas nupcias, e enlaçando-se com Helena Paleologo, grega do Peloponeso, succedeu que um filho deste segundo matrimonio tivesse

inveja do principe D. João; surgiu uma infernal machinação, nada menos que tendente a privar da vida o illustre portuguez. Não chegou, diz muito bem um historiadór, não chegou porem o principe D. João a pôr na cabeça a coroa de rei de Chypre, por morrer em vida de seu sogro, com suspcitas de veneno, no anno de 1457.

O mesmo historiadór, porem, invocando o testemunho do author das *Istorie de ré Lusignani*, refere miudezas que são muito honrosas para a memoria do principe portuguez, — e que a portuguezes será grato ouvir:

— Os Cypriotas suspiraram pela presença deste principe, por causa da dura denominação da rainha Helena sua sogra, por ser este principe de gentil presença, de rivissimo engenho, de costumes ingenuos, de animo grande, e apto para todas as cousas, pelo que em breve tempo e por approvação do senado obteve todo o governo do reino, com grande sentimento da rainha sua sogra. . . . Finalmente se accomodou de sorte ao genio dos subditos sem nunca se apartar da justiça, unindo a affabilidade à expedição dos negocios, com tanto cuidado que aquelles povos creram haver achado um principe à medida dos seus desejos. Deste universal applauso do povo nasceu uma cruel desconfiança na rainha sua sogra, que estava na posse de governar, tanto a custa da reputação d'El-Rei seu marido, que conjurada com o camareiro-mór, seu confidente e grande valido, introduziram em El-Rei desconfianças do genro, que lhe tirou o governo, e não satisfeita a malicia de o verem deposto delle... se adiantou de sorte o odio, que procuraram tirar-lhe a vida com veneno; e para conseguirem o fim desta detestavel acção, se aproveitaram de uma doença que o principe padecia... e valendo-se da ama, que a creara, e era grande confidente da rainha que associou a este negocio um medico seu primo, que compoz uma bebida mortifera, mas com tal arte que a morte parecesse accidente: com effeito applicando-lhe a medicina, em lugar de beber n'ella a saúde, trago a morte, cuja noticia foi ouvida dos Cypriotas com impaciencia desaffogando o sentimento em lagrimas e clamores, dando nas repetidas e lamentaveis vozes os ultimos testemunhos do seu affecto, da sua lealdade, e da sua fé; porque o principe D. João com a suavidade

do trato, e com a pratica das virtudes tinha adquirido um amor universal no reino. — (1)

— No final do periodo da dominação Veneziana é muito notavel o cerco de Famagosta. Por longo tempo, com extraordinaria firmeza defendeu o Veneziano Bragadino a praça de Famagosta; mas afinal fez uma capitulação (1571) com os Turcos, a qual assegurava aos sitiados as honras da guerra. Mustapha-Pacha, que assignou a capitulação, faltou infammente ao estipulado; passou tudo a espada, e fez morrer no meio dos mais ferozes e barbaros tormentos o heroico Bragadino.

— As principaes cidades de Chypre na actualidade são Nicocia, capital; Famagosta; Larnika e Limisso ou Limassol — os mais frequentados portos —; Baffo, ou a nova Paphos; e a antiga Cerinia. (2)

## A NOIVA DO CADAFALSO

(Episodio da guerra do Roussillon)

(Continuado de pag. 173)

### VII

#### Uma deserção heroica

Enquanto Gaspar da Silveira corria de Ceret a Montesquiou, e, ferido na cabeça, era transportado na direcção de Hespanha, Edmée jazia num leito prostrada por uma febre ardentissima.

A fadiga da jornada, a commoção que sentira ao entrar de novo na casa, donde saíra com sua mãe, casa que estava como que immersa nas tempestades bellicas, haviam produzido essa doença, que assustara muito a sua boa criada, mas que a presença de Gaspar dissiparia de certo, como a sua ausencia, e os rumores distantes da peleja, rumores que lhe annunciavam os perigos que elle corria, haviam concorrido tambem para a fazer brotar.

O bilhete do seu noivo dera-lhe um momento de jubilo e por consequencia de melhoras, revelando-lhe que ainda dessa vez escapara as balas inimigas, mas a noticia de que ia partir para uma missão talvez perigosa, e que nem sequer lhe consentia ir á casa da ponte, veio de novo mergulhal-a num desespero sombrio. O pulso logo se resentio do estado moral. A febre devorava a pobre menina.

Passou-se o dia 29 nestas angustias. Alvoreceu o dia 30 e Gaspar não chegou. Em vez disso começaram a correr pela villa sinistros boatos, destes desconhecidos precursores que se anticipam sempre ás grandes desgraças. Fallava-se na derrota do exercito hespanhol e na probabilidade de uma retirada.

A creada, cheia de susto, veio contar tudo a sua ama. Esta bem desejava acolher-se ao acampamento da divisão portugueza. Mas um novo bilhete de Gaspar, datado de Montesquiou, tranquillizando-a sobre o destino do seu noivo, indicava-lhe ao mesmo tempo que no acampamento se veria isolada, exposta á curiosidade da soldadesca, sem conhecer pessoa alguma a quem se dirigisse. Gaspar da Silveira, como vimos, não tivera tempo de a confiar ao coronel Gomes Freire de Andrade.

Chegou o fatal dia um de maio. As tropas aliadas pozeram-se em movimento para se retirarem. Das janellas da casa d'Edmée podiam-se ver as tropas portuguezas na ponte a encravarem pedras, e a lançarem munições ao Tech. Ao mesmo tempo ia grande alvoroço na villa de Ceret. Começavam-se a divisar as vanguardas dos regimentos republicanos, e todos os habitantes da villa, que tinham acolhido os hespanhoes e os portuguezes com jubilo ou simplesmente com hospitalidade, receitando as vinganças dos vencedores, lustravam o caminho do desterro, levando consigo os objectos mais preciosos, e regando de lagrimas as casas, onde tinham nascido, e que provavelmente abandonavam para sempre. Via-se uma longa fila de fugitivos atravessarem a ponte uns a cavallo, mas a maior parte a pé, porque faltavam meios de transporte, contando-se no numero das pessoas que assim caminhavam senhoras, algumas de nobilissima extracção, que viam, com susto, a horrivel perspectiva da longa e penosa romaria que as devia conduzir á terra do exilio.

Aterrada com este espectáculo, a boa creada, correu ao quarto d'Edmée pedindo-lhe que se levantasse e fizesse um esforço supremo para se esquivar á vingança dos revolucionarios. Até ao ultimo instante esperara Edmée ver apparecer Gaspar; mas a esperanza era já impossivel. Uma desgraça qualquer impedira o seu noivo de correr em seu auxilio. Este pensamento ainda mais lhe paralysoou as forças, já extenuadas pela febre. Caio num estado de delirio que a tornou incapaz de se preparar para a fuga. A creada, com auxilio do marido, procurou transportal-a para fóra de casa; porem, ella, completamente louca, julgando ver inimigos nos dois fieis servidores, fugia-lhes, e recusava obstinadamente segui-los. Esta lucta horrivel durou meia hora. Afinal caio num deliquio, numa prostração, que faria perigoso o transporte. Quando voltou a si, estava extenuada, mas com o juizo perfeitamente claro, ainda que num grande abatimento moral. Deixou-se levar para cima do cavallo, em que viera, quasi sem ter consciencia do que fazia. Porem, á saída da ponte foi-lhe impossivel ir mais adiante.

— Salvem-se! salvem-se! dizia ella apeiando-se e deixando-se cair encostada ao parapeito. Abandonem-me ao meu infeliz destino.

— Isso nunca, minha boa menina, respondia a creada lavada em lagrimas. A sua sorte será a nossa.

— Demais a mais a mais a fuga já é impossivel, accrescentou o creado olhando em torno de si e vendo a cavallaria republicana espalhada por todo o valle em perseguição dos fugitivos.

— Voltemos então para casa, disse a pobre mulher que não pensava senão em Edmée, talvez os malditos se esqueçam de nós, ou, pelo menos, talvez possamos esconder a nossa boa menina.

O marido abanou a cabeça com ar de duvida, mas dirigio-se para a casa, que julgára não tornar mais a ver.

A villa de Ceret estava sendo theatro de scenas

(1) Veja—*Historia General da Real Portuguezã*, Tomo 2.º pag. 88 a 91.

(2) Veja no *Panorama* de 1831 um bello artigo que tem por titulo: *O tumulo de um portuguez na Ilha de Chypre*. — Ahi se falla da visita que a ilha fez Fr. Pantaleão de Aveiro, onde encontrou o tumulo do principe D. João.

horríveis. A reacção operava-se violentissimamente. Sequiosos de sangue, os republicanos, (não tanto os soldados, como os miseráveis que tinham fugido diante dos hespanhoses) exerciam as vinganças na mais larga escala. Não vinha já longe o 9 de thermidor, e o systema terrorista, como que presentindo o seu fim proximo, redobrava de atrocidades. Apenas o exercito republicano entrara em Ceret, a guilhotina erguera-se na praça publica, o representante do povo publicara a lei de sangue, arvorara a bandeira negra, a funebre bandeira de Lyão, de Toulon e de Marselha, e começara a receber as denuncias, que surgiram de todos os lados. Uma horda feroz principiou logo as visitas domiciliarias, arrastando para as cadeias não só os que tinham tido relações com o inimigo, não só os realistas que não tinham podido fugir, mas tambem muitos sectarios da republica, victimas, nessa occasião, dos odios particulares, que, á sombra do bem publico, procuravam saciar-se.

Não havia escolha; não havia ordem. Essa vilasita franceza parecia uma cidade tomada de assalto. O estupro, o roubo, o assassinio praticavam-se ás soltas. Em muitas partes rebentava o incendio. Os gritos das victimas, os urros dos assassinos formavam um lugubre concerto, que era agradável consonancia para os ouvidos dos ferozes emissarios de Robespierre, de Couthon e de Saint-Just.

Não tardou muito que essa horda ebria de sangue viesse bater á porta da casa de Edmée. O tinir dos vidros quebrados ás pedradas, e o *Caira*, cantado por vozes avinhadas, foram o annuncio da sua presença. Dentro de casa passava-se uma scena dilacerante. Queriam os creados que Edmée se escondesse, ella queria morrer com elles. Entretanto a porta não se abria. Os assassinos desesperados ameaçavam arrombal-a. A execução seguio de perto a ameaça. Ouvio-se o estrondo da porta que cedia. A ama e a creada, igualadas pela morte, e pelo heroismo da abnegação, estreitaram-se nos braços, e ajoelharam diante do crucifixo. O creado, sombrio mas resolute, collocára-se atraz da porta com uma caçadeira na mão.

Ouvio-se nas escadas o tropel da turba furiosa.

Entretanto, Gaspar acompanhava a retirada, levado num dos carros que o physico-mór João Francisco de Oliveira fizera arranjar de modo que os feridos tivessem nelles a possivel commodidade. Ainda o celebre medico Larrey, tão querido depois do imperador Napoleão, não organisára o seu systema de ambulancias de campanha. Comtudo João Francisco d'Oliveira fez o que pôde com os limitados recursos de que dispunha.

A ferida de Gaspar não tinha, como já dissemos, a mais pequena gravidade, mas de a ter recebido na cabeça proviera o delirio, que não cessára durante o primeiro dia de marcha, por causa dos descommodos e da rapidez da retirada. Mas assim que as forças portuguezas chegaram a S. Lorenzo de Muga, onde fizeram alto no dia 2 de maio,

bastaram algumas horas de descanso e de tratamento regular, para que o nosso heroe recuperasse o juizo.

Quando abriu os olhos vio ao seu lado o joven cirurgião-ajudante do regimento de Cascaes João Antonio Lisboa, e um moço capitão do regimento de Peniche, de quem era intimo amigo, que se chamava Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, e que foi depois o primeiro visconde de Juramenha.

As primeiras palavras que pronunciou foram, com pouca differença, as ultimas que pronunciara antes de desmaiar:

— Onde esta Edmée?

— Bonito! acudio o cirurgião pegando num calmante, que pozera em cima duma meza proxima; la volta o delirio.

— Delirio! tornou Gaspar com espanto. Mas não, sr. Lisboa, eu estou em meu perfeito juizo. Pois não é verdade meu caro Lacerda? continuou elle voltando-se para o joven official que lhe apertou a mão sorrindo.

— Bem! bem! respondeu o cirurgião-ajudante do regimento de Cascaes, mas nesse caso porque põe o meu amigo ao lado de pessoas tão verdadeiras, tão de carne e osso como nós somos, essa pessoa phantasiada, a quem dá o nome estrambotico d'Edmée?

— Edmée! creatura phantasiada! Mas, por amor de Deus, ajudante, se vamos retirar, avise-nos primeiro, deixem-me ir ter com ella. Vou num pulo. É aqui na ponte de Ceret.

— Num pulo! C'o a breca; não está mão pulo. Para dar pulos desses, meu caro alferes, precisa primeiro que tudo de calçar as botas de sete leguas.

E, dizendo isto, o cirurgião-ajudante desatou a rir; mas Antonio de Lemos que presentio que sob aquelles apparentes disparates se escondia alguma terrível desgraça, voltou-se para o ferido e estendeu-lhe a mão dizendo:

— Meu bom amigo, estás laborando num erro que talvez te fosse fatal. Fomos derrotados, Gaspar, e estamos em plena retirada. O dia de hontem, durante o qual, segundo me consta, não deste acor-do de ti, foi o dia mais infeliz da campanha. Fugimos desapoderadamente, abandonámos o territorio francez, deixámos, pelos fraguados de serras altissimas, toda a nossa artilharia, e estamos hoje em terra hespanhola, em S. Lorenzo de Muga, a um bom par de leguas de Ceret.

— Oh! meu Deus, bradou Gaspar sentando-se dum impeto na cama, e dando um grito de dor e de raiva, agora me lembra... O conde da União... Venegas... a minha ferida... Oh! pobre Edmée!

E chorou; chorou o intrepido moço que se arrojava ao seio ardente das batalhas, como se entrasse numa sala de baile.

Lisboa olhava para elle inquieto; Antonio de Lemos adivinhou tudo, e sentio os olhos marejados de lagrimas.

— Não te afflijas, meu amigo, disse elle affectuosamente; os republicanos são soldados, e soldados não matam mulheres sem defeza.

Longe estava o joven capitão de se convencer disso; nesse mesmo dia escrevia elle a seu pae que os republicanos tinham praticado em Ceret inauditas barbaridades, matando os feridos, e *dividindo entre si as melhores raparigas.* (1)

Mas Gaspar não o escutava; sem dizer cousa alguma relanceou os olhos em torno de si procurando o seu fato. Estava pallido, e as sobrancelhas fransidas davam ao rosto juvenil um aspecto severo.

— Sr. Lisboa, disse elle, quero ir apresentar-me ao coronel Gomes Freire de quem sou ajudante de campo.

— Impossivel, meu caro, respondeu o cirurgião, está livre de perigo, mas precisa de alguns dias de convalescença. Não póde entrar já em serviço.

— Por força, exclamou Gaspar exasperado.

— Mas, meu amigo...

— Sr. Lisboa, tornou Gaspar friamente, se me não dá alta immediatamente, dou-lhe a minha palavra de honra que arranco o aparelho da ferida e bato com a cabeça no muro, até ella se me rachar de todo.

— O homem de Deus, acudio Lisboa, que está a dizer? O meu amigo só precisa de dois ou tres dias para se restabelecer completamente. Para que diabo se ha de ir expor a um perigo inutil, quando, com pequena demora, póde voltar para o seu posto completamente curado?

— Ajudante, a minha alta! tornou Gaspar no maior auge de exaltação, e preparando-se para executar a sua ameaça.

— C'o a bréca, bradou o cirurgião ajudante já exasperado tambem, com doidos não me entendo. Vá-se na paz do Senhor.

Gaspar nada mais quiz ouvir. Num pulo saltou abaixo da cama, vestio-se com igual rapidez, e, dando o braço ao capitão Antonio de Lemos, saio da enfermaria com passo vacillante, mas vencendo a extenuação das suas forças com o vigor passageiro da febre que o devorava.

Foi pelo caminho contando ao futuro visconde de Juromenha as peripecias do seu amor com Edmée. Antonio de Lemos ouviu-o attento, e, quando elle acabou perguntou-lhe com verdadeira commiseracão:

— E agora o que tencionas fazer, meu pobre amigo?

— Voltar á retaguarda, salvar Edmée ou morrer com ella.

Antonio de Lemos olhou para elle com assombro.

— E julgas que Forbes Skellater te dará licença? perguntou o joven capitão.

— Bem sei que não é possivel.

— Então o que fazes?

— Deserto!

Lemos julgou-o doido.

Gaspar percebeu o sentimento que inspirára, e tornou com melancolico sorriso:

— Não é loucura, é expiação dum crime horrivel que involuntariamente commetti. Se fôr feliz, volto daqui a dois dias, e conto com Gomes Freire, a quem te peço que tudo narres, para pallear a minha ausencia. Mas se daqui a tres dias não voltar, Antonio, reza pela minha alma.

Antonio de Lemos caio-lhe nos braços, suffocado pelos soluços.

Gaspar, sempre febril, envolveu-se numã grande capa que lhe escondia o uniforme e partio a todo o galope na direcção de França.

Dahi a instantes apparecia Gomes Freire.

— Onde está Gaspar? disse elle assim que vio Antonio de Lemos sósinho. Dizem-me no hospital que elle saira com v. s.<sup>a</sup>, e afinal não o apanho.

— Gaspar da Silveira desertou, meu coronel, respondeu ainda com lagrimas na voz o capitão aggregado do regimento de Peniche.

— Desertou! acudio Gomes Freire espantado.

— Desercão de heroe! tornou Antonio de Lemos sombrio.

— Como a de Themistocles antes da batalha de Salamina? retrocou Gomes Freire sorrindo.

— Mais gloriosa, acudio Antonio de Lemos, porque o nosso infeliz compatriota foi consummar o sacrificio obscuro, o sacrificio donde, em vez de lhe resultar gloria, lhe póde resultar a deshonra!

E, caminhando ao lado da futura victima de 1817, Antonio de Lemos contou-lhe tudo quanto acabára de ouvir.

(Continúa)

M. PINHEIRO CHAGAS.

#### UMA LOJA DE BEBIDAS NA TURQUIA.

Os leitores que repararem bem na ausencia da vida, no ar meditabundo das figuras que a nossa estampa representa, — e pelo pensamento se transportarem a um igual theatro de Paris, ou mesmo de Portugal, encontram necessariamente um contraste muito notavel. Em Constantinopla e nas demais cidades e povoações da Turquia os *Cafés*, — e assim propriamente lhes devemos chamar, por que a bebida usual e mimosa dos Turcos é o café misturado ás vezes com opio; os *Cafés*, dizemos, apresentam-se sem nenhuma animação, e mais parecem retiro de philosophos melancolicos, ou de monges silenciosos que *scismam nos dias antigos ou teem na mente os annos eternos*. Nos demais paizes da Europa, e com especialidade na França, as lojas de bebidas são um centro de ruidosa sociabilidade; um ponto de animada reunião; um foco de vida, de movimento, e de folgasão recreio. — Mas ainda aqui não para o contraste. Nos paizes civilizados da Europa as lojas de bebidas respiram alegria e encantam pelo aceio, até pelo luxo, pelos adornos, e por tudo quanto pode lisongear a vista e dar um agradável entretenimento. Na Turquia, porem, os *Cafés* são casas escuras, de paredes pela maior parte mal rebocadas, de grosseiro madeiramento, destituidas de ornatos, e, o que é mais, do conforto e commodidade, que nós os occidentaes, não podemos dispensar. — Em compensação porem, essas casas construidas em forma de kiosques, estão assentes em sitios alegres e risonhos, quasi sempre á sombra de copadas arvores, que pela frescura convidam ao descanso e a uma certa melancolia suave: o que principalmente succede nos passeios publicos, nos suburbios das cidades, e até á borda das estradas.

Quando se attenta no que deixamos dito a respeito dos *Cafés* na Turquia, lembra logo o que uma viajante celebre dizia: «O indolente Turco não conhece a agitação

(1) Palavras textuaes deste official, citadas nas notas com que o meu bom amigo Claudio de Chaby acompanhou os seus bellissimos *Excerptos historicos sobre a campanha do Roussillon*, optimo livro, que, juntamente com os escriptos francezes sobre o mesmo assumpto foram as fontes principaes onde bebi as informações necessarias para este esboço de romance historico.



Uma loja de bebidas na Turquia

das nossas sociedades: repousa mollemente nos coxins do seu sofá; fuma o seu tabaco da Syria; aquece-se com o café de Moka; olha para as danças que as escravas exercitam; e alguns grãos de opio o transportam ao terceiro ceo no meio de bellezas immortaes.»

Em Constantinopla, é por volta da tarde que os Cafés são mais frequentados; e alli se encontram Turcos, Armenios, Gregos e Judeus, fumando e bebendo com delicias pequenas chavenas de café.

A paixão dos orientaes pelo café não ha palavras que a pintem bastantemente. Todas as classes, todos os sexos, todas as idades... presam aquella bebida, e a usam a toda a hora e a todo o instante; nem sequer o uso do chocolate em Hespanha pôde dar a menor idea das extraordinarias proporções que a bebida de um tal liquido toma na Turquia.

Depois do uso do café vem logo o do tabaco de fumo; e assim, em todas as casas de café se encontra um provimento consideravel de caximbos, para uso dos frequentadores das mesmas casas.

Diz-se que as pessoas mais classificadas entre os Turcos não frequentam, em regra geral, os Cafés, a não ser nos campos e nas occasiões de jornadas.

### AS CORTES PORTUGUEZAS ANTIGAS

Rapida noticia da sua natureza e constituição; e apontamentos de alguns pedidos dos povos.

(Continuado de pag 161)

X

Tendo diligenciado adquirir algumas noticias ácerca dos estabelecimentos litterarios e scientificos de Portugal desde os primeiros tempos da

monarchia, julguei indispensavel averiguar, se nas Côrtes antigas portuguezas, que acabaram nos fins do seculo XVII, existiam alguns vestigios de impulso por ellas dado ás cousas da instrucção publica.

Raros vestigios desse impulso pude encontrar até agora; mas, esses mesmos, apoucados como são, passo neste artigo a transmittir aos leitores, até como seguimento da indicação encetada dos pedidos dos povos.

Não admira que, neste particular, encontremos escassas manifestações da sollicitude nacional. Não era ainda chegada a hora de pensar que a cultura do espirito é tão necessaria para a felicidade do homem, como se torna indispensavel a alimentação para manter a vida animal. — Por outro lado, inquietações de melindrosa natureza, e sobremaneira intensas, desafiavam a sensibilidade dos governados: vivamente os dominava o cuidado de reclamarem contra oppressões mil que os torturavam, no imperfeitissimo estado social em que viviam; e o homem acode sempre ao que é de maior urgencia.

Assim, succede, que podemos applicar aos annes das Côrtes antigas portuguezas, no que respeita ás cousas da instrucção publica, o que observou um talentoso critico francez, M. Villemain, com relação á elóquencia politica das antigas Côr-

tes de França:—«Os fastos dos nossos *Estados Gerais* permanecem quasi inteiramente estereis, no tocante á eloquencia.» —

Emfim, mesquinha, qual é a colheita, vamos pol-a á disposição dos leitores.

—Entre os capitulos geraes offerecidos pelos povos do reino, nas Côrtes celebradas em Lisboa e Porto, nos annos de 1372 e 1373 (reinado de D. Fernando), encontra-se um:

— «Sobre se reformar de Lentes o *Estudo Publico*, ou Universidade.» —

É certo que a Provisão de El-Rei D. Fernando, dada em Coimbra aos tres dias do mez de junho da era de 1415, que corresponde ao anno de Christo 1377, — dando conta da causa que movera aquelle soberano a *mudar o Estudo de Coimbra para Lisboa*, revela com toda a evidencia que se acudira áquella necessidade.

A causa da mudança era que «se fosse mudado o Estudo (para Lisboa), poderia haver mais letrados pelle, do que haveria, se o dito Estudo estivesse em Coimbra, em rasão de que alguns Lentes, que (El-Rei D. Fernando) mandára vir de reynos estrangeiros, não queriam ler senão na cidade de Lisboa.» (*Not. Chron.*) — Ou como se exprime Figueiroa, na *Informação*: «Mandou El-Rey (D. Fernando) mudar a Universidade de Coimbra para Lisboa, em 3 de Junho de 1377, esperando, que com esta mudança florescessem as Sciencias no seu reyno, por que tinha mandado vir de fóra delle alguns Lentes, que não queriam ler senão em Lisboa, o que consta de uma carta sua, com a data de 3 de Junho, da Era de 1415.»

É glorioso para as Côrtes da segunda metade do seculo XIV o facto de se haverem lembrado das necessidades intellectuaes dos povos; mas tambem devemos mencionar de um modo lisonjeiro o soberano — *remisso, e sem cuidado algum*, a outros respeito — que deixou documentos de não olhar com indifferença para as pessoas e para as cousas da Universidade.

— Em data de 29 de janeiro de 1498 formulava a villa de Elvas, pelos seus juizes, vereadores procurador, diversos capitulos que os Procuradores ás Côrtes haviam de apresentar ao soberano.

Entre esses capitulos encontro dois, que, embora em mui limitadas proporções, se referem a *Estudos*.

Um delles era assim concebido:

— «Outro sy, Senhor, esta Villa teve sempre de costume dar tença a huum fisico (*medico*), e *mestre de gramatica*, e a outros alguns officiaes assy dofcios macanicos, como doutros que sam necessarios a esta Villa; por que ella he tall que os semelhantes homees se nom podem em ella manter, nem governar suas vidas com seus officios. Pedimos a vossa alteza que aos taes homeens, que forem necessarios a esta Villa, lhe possamos dar tença segundo cada huum fór, e a necessidade delle o Villa tiver: no que receberemos mereçe.»

Outro dos indicados capitulos dizia assim:

— «Item, Senhor, por esta Villa estar muy alomgada dos estudos geraes, nom ha em ella tantos homeens letrados e ensinados como seria rezam, segundo sua grandeza. É posto que muytos homeens pera yso tenham boas vontades, nom podem soportar nem manter seus filhos nos ditos estudos tam longe fóra de suas casas. É por

que Estevam Cavalleiro he homem muy sofciente *pera teer huum estudo* em esta Villa, e fazer muyto proveito em ella, e he omeziado de vossos regnos: pedimos a vossa alteza que lhe queira dar esta Villa e termo por couto, *pera em ella teer as ditas scollas*. No que, Senhor, esta Villa receberá grande mereçe, e será serviço de Deus e vosso.» —

— Nas Côrtes celebradas em Lisboa no anno de 1641, e entre os capitulos do Estado dos povos, encontro alguns relativos ás cousas de instrucção publica.

Os capitulos 52 e 53 continham as seguintes lembranças, ou pedidos:

— Que o Cosmographo mór dê escola publica, como é obrigado, para que os homem do mar sejam nella ensinados da arte de marear, e os obriguem a que continuem nella, e não continuando, não sejam providos em officio de mareante, e sejam prividos, constando que o fazem:

«É será de grande utilidade que no Recolhimento dos meninos orphãos, ou no que chamam de Santo Antonio, se recolham muitos moços, e se lhes applique renda para seu sustento, para que ali os ensinem da arte de marear, com que haverá sempre mareantes em abundancia, de que este reino está muito faltó.

«É deste Capitulo ha exemplo, no Hospital, que fez a Rainha de Castella, em Madrid, para ensinar moços a mareantes, pela falta que delles havia.» —

El-Rei respondeu, em 1642, o seguinte:

— «Mandarei que o Cosmographo-mór lea sua lição, no lugar destinado para isso, e ordenar o que me pedis nestes capitulos 52 e 53.» —

— Vimos ha pouco o interesse que aos povos inspirava a necessidade que o reino tinha de mareantes, e as providencias que neste sentido eram lembradas e pedidas ao soberano.

Se, porem, davam cuidado aos povos as conveniencias da navegação, é certo que não menor sollicitude lhes merecia o empenho da defeza do reino, nas criticas circumstancias daquella época.

Neste sentido, apresentaram ao soberano o seguinte capitulo:

— «Que haja tambem para os Artilheiros, mestres, que estejam com elles nas Fortalezas, ensinando-os, e adestrando-os, e que tenham os aparelhos do seu ministerio bem concertados, e se lhes façam seus pagamentos a tempo, com que haja muitos Artilheiros no reino e bons officiaes, porque muita falta delles ha, e porque não seja necessario valermo-nos dos estrangeiros, que não guardam a fidelidade que convem.» —

A resposta do soberano foi:

— «Tenho mandado executar o regimento que havia, por ser o que mais convinha para se conseguir o que me pedis, acrescentando-lhe o que me parecer necessario, conforme ao estado presente.»

— Ainda em attenção ás criticas circumstancias de Portugal, depois da gloriosa revolução de 1640, davam os povos maior importancia ás necessidades da defeza do reino, e sustentação da independencia nacional, do que ao augmento das lettras e desenvolvimento da instrucção publica.

Os estudos que mais cuidado inspiravam, eram aquelles que mais directamente se enlaçavam com as exigencias da navegação, e da força bem or-

ganizada — tendente a repellir aggressões de inimigos.

É claro que os estudos, em geral, não podiam, naquella arriscada conjunctura, desafiar os cuidados dos povos; e em sentido diametralmente opposto poderia então ser citado o pensamento sabio da antiga Roma: *Cedant arma togæ*.

Não admira, pois, que entre os capitulos apresentados pelos povos nas Côrtes de 1641, appareça o seguinte:

— «E por que, pela maior parte, se dão mais os homens ás letras, que ás armas, que hoje são mais necessarias, se deviam fechar as Universidades do reino, e de toda a Faculdade, por tempo de cinco annos, ficando só a Universidade de Coimbra; e as taes rendas se devem applicar para as despezas das guerras.»

El-rei respondeu:

— «Mandarei considerar o que me dizeis neste capitulo, e prover da materia, segundo o presente estado do Reino.» —

— Assim mesmo, como vemos, a Universidade de Coimbra ficava fóra da geral suspensão, senão completa proscripção dos estudos: e ainda, demais disso, parecia merecer aos povos um cuidado particular, pois que, nas mesmas Côrtes, encontramos o seguinte, e muito notavel capitulo:

— «Não padece duvida, que, no tempo em que por votos se proviam as Cadeiras na Universidade de Coimbra, regularmente se davam com satisfação, e havia Oppositores que estudavam com os principiantes, e lhes acudiam, de que resultava fazerem-se muito os homens, e mostrarem-se, para chegarem a suas pretensões: e porque, demais desta utilidade consideravel, por universal, o modo deste provimento foi o escolhido, e mui de antigo usado, e praticado sempre: pedimos a V. M. haja por seu serviço, mandar que se continue, provendo-se, daqui em diante, as Cadeiras por votos.» —

O soberano deu esta resposta:

— «Mandarei ver esta materia com brevidade, e ouvida a Universidade, ordenarei se faça, com resolução, o que parecer mais conveniente, tendo respeito ao que sempre se usou nestes provimentos.» —

Devo notar aqui, consultando as noticias relativas á Universidade de Coimbra, que pela provisão de 29 de abril de 1641 mandou el-rei D. João IV que se observassem os estatutos na vacatura das cadeiras, provendo-se por votos dos estudantes, — e que nenhum christão novo fosse admittido a fazer opposição. — Mais tarde, porem, e pela provisão de 25 de abril de 1654, mandou o mesmo soberano que as cadeiras fossem providos por votos consultivos, — sendo estes, do reitor, dos lentes de prima e de vespera das quatro faculdades, e dos dois lentes mais antigos da faculdade da cadeira vaga. — Esta providencia foi occasionada pelas representações e instancias do reitor da Universidade. — Em 1655 foi tambem concedido voto ao cancellario. — Mais tarde os dois lentes mais antigos da faculdade da cadeira vaga, deixaram de ter voto. — E sabido que os votos eram remettidos á Mesa da Consciencia, a qual fazia a competente consulta, e sobre esta recaía a resolução regia.

— Nas Côrtes de 1698, e na sessão de 17 de fevereiro do Braço da Nobreza, foi lido um papel, no

qual, com o intento de arredar os filhos dos nobres da ociosidade e da ignorancia, se aconselhava que se pedisse a sua magestade *o estabelecimento de escholas para todas as artes necessarias, que fazem precioso um homem de bem*.

Vejamos qual o ensino que o author do papel reputava necessario para formar *um homem de bem*:

— «As sciencias, que me parecem mais necessarias aos cavalheiros de capa e espada, são *a cavallaria de ambas as sellas*, com todos seus primores, *a fortificação, e formatura, a geometria, a geographia*, o saber *jogar a espada, e as mais armas* com destreza, *aprender as linguas, e a dançar*, se parecer.» —

Darei, em breves termos, uma noticia da discussão que houve sobre esta proposta, accomodando o pouco que encontro escripto ao theor das assembleas modernas.

O papel, ao que parece, fallava, não só da educação dos filhos dos nobres, mas tambem da educação dos principes da familia real. — A primeira observação, pois, que se fez, foi a de que se supprimissem a clausula relativa ás augustas personagens; e assim se venceu pela maioria de votos: parecendo, assim mesmo, que só fosse levado á presenca de el-rei com outros papeis que houvessem de ser approvados.

O Conde Barão, entrando na substancia do assumpto, e apreciando a essencia da proposta, ponderou que a natureza intima da fazenda publica obrigava sómente a despezas *de interesse geral*, e não as de utilidade *de classes, ou de particulares*. Se os cavalheiros queriam escolas, taes como as lembradas na proposta, e com um tal destino, cuidassem de as estabelecer á sua custa, e de criar ordenados para os mestres.

Fallaram depois o monteiro-mór Garcia de Mello, Luiz Gonsalves da Camara Coutinho, e os condes de Sarzedas, Alalaia e Alvor: e todos foram desfavoraveis á apresentação do papel a sua magestade. — A todos pareceu que não convinha chamar a attenção de el-rei, nem distrahir o de outros negocios mais graves com uma proposta que tinham na conta de desnecessaria. — Appellando para o que a experiencia tinha mostrado, fizeram ver que, tendo havido em outro tempo mestres de equitação, de jogo de espada, e de dança, pagos por sua magestade, nenhum fidalgo aprendeu em taes escolas: os que se applicaram, recorreram a outros meios de ensino. Que havia agora outras picarias, onde se pedia aprender a arte da equitação, com muitos bons mestres: que no collegio de Santo Antão se lia mathematica, e na ribeira das Nãos a Fortificação; que não faltavam mestres de espada, e das linguas, a quem tivesse disposição e boa vontade para aprender. — Entrando, afinal, na ordem das idéas que expozera o Conde Barão, opinaram que as applicações, de que se tratava, deviam ser deixadas ao genio e curiosidade dos filhos dos nobres, e ao cuidado e despezas dos paes; nem era justo que estas corressem por conta do soberano, por isso que as rendas deste provinham dos impostos e donativos de seus subditos — destinados essencialmente á segurança do reino, á defeza das conquistas, e á conservação da monarchia. Quando os sacrificios dos povos tinham por fim uma tão elevada e util applicação geral, não era bem que fosse convertido em utilidade particular o que só era concedido para o bem do publico.

João Furtado de Mendonça, Ayres de Saldanha de Menezes, e João de Saldanha de Albuquerque discorreram em sentido contrario, opinando que o papel subisse ás mãos de sua magestade.—Entenderam que era necessario para a boa instrucção dos *caralheiros* tudo o que se dizia no papel: havia, é verdade, as escolas que tinham sido apontadas; mas a sua organização não era acomodada ao destino especial que agora se pretendia: taes como estavam, de nada serviam; e se haviam de soffrer transformações, melhor era creal-as de novo.

A maioria do Estado da Nobreza conformou-se com o parecer dos ultimos oradores, e votou que o papel fosse encaminhado ás mãos do soberano.

—É possível que se nos deparem ainda alguns vislumbres de animação dada pelas Côrtes antigas á causa da instrucção publica. Do que mais encontrarmos, daremos conta, por occasião de mencionarmos algumas curiosidades em materia de pedidos dos povos.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.

## UMA OBRA DO SECULO IX

*Chronicon albedense*

(Continuado de pag. 192)

40. Chintila, reinou III annos. Reunio muitos synodos de Bispos em Toledo, e firmou a fé no seu reino. Morreu em Toledo, imperando Eraclio.

41. Fulga, reinou III annos. Foi um soberano fraco.

42. Chindasvinto, reinou somente VI annos, e com seu filho Reccesvinto IV. Em todo este tempo Spania esteve tranquilla, e por meio de synodos, lustrou a Igreja. Falleceu em Toledo sendo Imperador Constantino o joven.

43. Wamba, reinou IX annos. No primeiro anno rebellou-se o duque Paulo com uma parte da Spania, e toda a provincia da Gallia, e o Rei com o auxilio da Spania, venceu primeiro os ferozes Vascões nos confins da Cantabria, que por elle foi arrasada, e logo caindo sobre as cidades da Gallia Gotica, prendeu Paulo na cidade Neumausense, (1) e sujeitou aquelle paiz com tão celebre triumpho. Depeis foi desapossado por Ervigio, sendo Imperador Constantino o joven.

44. Ervigio, reinou VI annos. Convocou muitos synodos de Bispos em Toledo, e deu sua filha por esposa a Ejicano. Morreu em Toledo durante o imperio de Justiniano.

45. Ejica, reinou XV annos. Quando subio ao throno tomou a filha de Ervigio com juramento de submeter Wambano. Seu filho, o principe Vitizano, associou-o ao reino. Morreu em Toledo, sendo imperador Leão.

Vitiza reinou X annos. Em vida de seu pae residio em Tudem, cidade da Gallecia. Ali o duque Fatilano, pae de Pelagio, a quem o Rei Ejica desterrara, morreu em resultado de um golpe que Vitiza lhe deu na cabeça por causa de sua mulher, e logo que Vitiza substituiu seu pae no throno, Pelagio, filho de Fatilano, que depois se levantou com os Asturianos contra os Sarracenos, foi tambem desterrado da cidade real por causa de seu

(1) Nimes.

pae. Vitiza acabou a sua vida em Toledo, sendo imperador Tiberio.

(Continua)

## SECÇÃO BIBLIOGRAPHICA

I. — *La dette portugaise.* Par Miguel Eduardo Lobo de Bulhões. Lisbonne. 1867.

II. — *A industria escravizada pela liberdade, ou considerações geraes sobre industrias manufactora e vinicola...* por Antonio da Silva Pereira Magalhães. Porto. 1867.

### I

O sr. Bulhões apresenta a traços largos a historia da divida publica de Portugal; fornecendo, neste particular, elementos para um estudo mais detido.

Ao fallar dos empréstimos publicos, nos estados governados constitucionalmente, exprime com muita facilidade um judicioso pensamento: *A facilidade de contrair empréstimos é um bem; o abuso é uma falta e um perigo.*

Em chegando á época actual, encontra uma divida consideravel, que demanda avultados cabedaes para o pagamento dos respectivos encargos — nada menos que na importancia de 6:563 contos de réis.

Na presença do Orçamento de 1867 a 1868, e confrontando a receita com a despeza, vê um *deficit* de 6:000 contos; mas creê que esse deficit virá a desaparecer, por effeito das propostas apresentadas ao parlamento, e de severas economias na despeza publica. — Façamos votos ardentes para que assim seja!

Escriptos desta natureza são sempre bem vindos, ainda quando possam ser influenciados por uma decidida disposição para acolher fagueiras esperanças.

### II

A segunda brochura é um escripto polemico sobre interessantes assumptos economicos. — Aos artigos do sr. Eduardo Moser responde, em uma série de outros, o sr. Pereira Magalhães. O primeiro sustenta os principios da Liberdade do Commercio; o segundo pugna pela protecção da industria nacional, com referencia a pautas e a tratados de Commercio.

Discussões sobre assumptos de tal importancia são por certo muito uteis; e maiormente produzirão bons resultados, se os contêdores unicamente tratarem de principios e de factos economicos arredando com o maior escripto tudo quanto possa occasionar irritação pessoal, que obscurece o entendimento, e não deixa brilhar a verdade em todo o seu fulgor.

Não é necessario caracterisar aqui os principios da liberdade de commercio; bem conhecidos são elles; e ainda mais luminosos os torna a similhaça, a que recorreu Fénelon, e que um illustre economista recordava ha pouco: *O commercio é como certas nascentes: se as desviardes do seu caminho correis perigo de as estancar.*

Como a explicação porém, da natureza especial do principio da protecção, aproveitaremos o pensamento da *epigraphie* que o sr. Pereira Magalhães adoptou, e vem a ser: — *A industria ingleza nasceu, e desenvolveu-se á sombra do systema protector, gosou de favor e protecção em quanto careceu de apoio na concorrência com industrias estranhas.* Quando as portas se abriram para os productos de todas os procedencias, já era inutil a protecção, porque a industria ingleza tinha as forças que a lucta requeria. *A liberdade do Commercio e a protecção das industrias.* 1862 por J. H. Fradesso da Silveira, etc.—

A liberdade do commercio, é uma entidade racional, que só aguarda a occasião opportuna; a protecção das industrias é uma questão de prudencia, talvez de patriotismo, em determinadas circumstancias de uma nação.

Na brochura de que ora tratamos, encontram-se noticias curiosas acerca do theor do procedimento dos governos francez e inglez na execução do tratado de commercio, — bem como acerca das cousas commerciaes da Suissa e da Belgica; — e, finalmente alguns esclarecimentos a respeito dos *drawbacks*, etc.

13 de Maio de 1867

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO